

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Crise e centralidade do trabalho.

Fernando Ponte de Sousa.

Cita:

Fernando Ponte de Sousa (2009). *Crise e centralidade do trabalho. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1446>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Crise e centralidade do trabalho

Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa
Universidade Federal de Santa Catarina,
Brasil
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
fernando_ponte@uol.com.br

Em 2008 a economia política parecia correr velozmente para garantir formidáveis lucros, enquanto os seus “fundamentos” , conforme a terminologia dos financistas, eram pressionados pelos indicadores que ameaçavam a tranquilidade dos ganhos financeiros. Era necessário alavancar ou promover saltos especulativos que possibilitassem às transnacionais estarem mais a frente, protegendo seus ativos. Tratava-se de gerir a crise em andamento com os mecanismos de reservas e controles habituais: conter os déficits, ampliar as privatizações e liberação dos mercados e, principalmente, reduzir mais ainda a valorização do trabalho como *ACTU* (de fato), a força de trabalho realmente ativa, como dizia Marx. Mas esta costumeira receita tem um inconveniente, deve valer para todos, sabendo que todos não a querem, pois a queda na realização atinge mesmo os capitais em fuga.

Lidando com esta forma de contradição sistêmica, outra imagem, a da estabilidade, era insistente e permanentemente estabelecida nos âmbitos econômico, social e político, embora os indicadores sociais demonstrassem o aprofundamento das desigualdades e do extermínio de populações

condenadas a não viverem – a estabilidade do sistema não é feita para todos.

No próprio meio de especialistas críticos predominava o convencimento que se queria, para não abalar um fator então defendido como básico: a **confiança** no sistema. Tratava-se da tentativa de tornar estático o que é dinâmico, as estruturas das formas sociais.

Mesmo assim, no ano de 2008 a crise desponta mais forte, parecendo enfraquecer a capacidade de auto-reforma e auto-expansão do modo de produção capitalista, daí a sua apresentação como sendo uma crise conjuntural e financeira – sem atingir os termos da produção.

Antes de 2008 quase ninguém falava em crise, esta palavra, e mais ainda seu conceito, não fazia parte do léxico da grande imprensa e mesmo das correntes predominantes nas ciências sociais. O mundo pós-moderno, pós-colonial e pós-socialista, esbanjando crédito em si mesmo, não tinha espaço para crises, a não ser de instituições, notadamente sindicatos e partidos e do Estado, pelo seu tamanho e sua gerência e não pela sua substância social.

Isso embora o conceito de crise, estrutural e historicamente, continuasse em uso em autores contemporâneos, como MÉSZÁROS(2002, 2007), ANTUNES (1999), CHESNAIS (1996,2005), WALLERSTEIN (1974,1995,2002), FERNANDES (1975,2006), entre outros, sabedores que o verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital.

A cruzada contra o Estado de Bem-Estar antecedeu a crise defendida como conjuntural e corretiva, que nesta hipótese seria própria do percurso de aperfeiçoamento da internacionalização da economia de mercado. Tal correção seria fruto dos agentes – indivíduos – racionais da maximização da utilidade que constroem o mercado como uma esfera de encontro e conciliação dos planos individuais e egoístas. Esse alimento da confiança, como ingrediente sistêmico e nova forma de domesticar os trabalhadores, não fazia parte das convicções de alguns cronistas mais atentos, que embora adeptos da economia de mercado, tinham suas reservas. Paulo Krugman, o economista laureado em 2008 com o Nobel de economia, nos anos 90 foi um entusiasta defensor deste processo e crítico ideológico dos movimentos antiglobalização que protestavam contra o desemprego. Já em 2006 este colunista do The New York Times, antes de ser laureado com o Nobel, alertava “a coisa está ficando feia”(KRUGMAN, 2006,p.B11). Observador dos indicadores especulativos do movimento do capital financeiro, verificava já em 2006 que o estouro da bolha imobiliária nos EUA chegara. Os preços dos imóveis que subiram 57% nos últimos anos despencavam as vendas, abalando – reitera aqui – a confiança das empreiteiras. Dois anos depois (meados de 2008) a grande

imprensa parece admitir que já não se trata mais de bolhas imobiliárias. A palavra crise, agora é estampada, ganha os noticiários.

Em setembro de 2008, admitida a recessão nos EUA e que seus impactos negativos podem se irradiar, a discussão que se colocava era de um novo modelo para a economia dos EUA, para que os pacotes financeiros de ajuda do governo pudessem ser mais eficazes, em especial tomar o remédio amargo do desendividamento. Noutras palavras, elevar juros e impostos e forçar as pessoas a economizarem, cortando os exageros nos movimentos do livre mercado.

Em outubro de 2008 esta discussão do modelo não prospera frente aos fatos, a recessão fica visível e os mercados desabam e agora não só nos EUA. Os dados negativos da evolução da economia europeia e resultados corporativos ruins desencadearam o pânico nos investidores em ações, a crise traz consigo não somente a palavra recessão, mas também depressão.

Em novembro de 2008, considerado o pior semestre em 28 anos, num ambiente de quebra de grandes bancos e seguradoras, os analistas dos maiores bancos do mundo prevêem, até o segundo semestre de 2009, o maior recuo econômico desde o pós-guerra, em 1945. O chamado mundo rico vai crescer menos, levando seus impactos ao resto do planeta. A palavra crise é mais acentuada, assim como o desendividamento de famílias e empresas – o que significa queda no consumo, desemprego em larga escala e ajuste regressivo nos contratos de trabalho. Como controlar a crise, se diminuir o endividamento é diminuir o consumo que precisa se efetivar para realização da economia produtiva? Como diminuir o trabalho, se sem o trabalho a demanda efetiva não existe?

Diante destes paradoxos conjunturais a palavra **crise** traz consigo mais duas palavras, então fora de importância no glossário das análises dos processos deliberativos e da “boa governança” cidadã: **trabalho**, sem o que não se mantém a estrutura da sociedade e **Estado**, um fator extra-mercado, não apenas discursivo-deliberativo, mas interventor. Em janeiro de 2009, o presidente eleito dos EUA apresenta ao Congresso, com pedido dramático de urgência, um pacote de estímulo econômico de US\$ 800 bilhões. O então denominado Plano Americano de Recuperação e Reinvestimento inclui investimentos em infraestrutura, gastos sociais, ajuda a Estados, estatização de empresas e corporações financeiras à beira da falência. Frente aos dois milhões de empregos perdidos em 2008, a maior queda desde a Segunda Guerra, impôs-se na ordem do dia que trazer o trabalho à centralidade implicava a aceitação de que apenas o Estado pode reativar a economia. Esta nova regulação de articulação entre estado e trabalho como centralidades tem no Plano Americano de Obama a previsão de criar três milhões de empregos, inclusive no setor público.

O desafio da dificuldade de controlabilidade da crise não é menor em países que pareciam sem ameaças à sua estabilidade, como são os casos mais notáveis da Inglaterra, onde várias importantes empresas eliminaram de forma significativa postos de trabalho. A Alemanha e a França (dois motores da zona do Euro), também atingidas por indicadores negativos, propõem uma refundação do sistema financeiro com a criação de um Conselho Econômico da ONU, com o mesmo status do Conselho de Segurança, ou seja, capacidade de intervenções internacionais em matéria de regulação dos mercados financeiros, taxas de juros e políticas monetárias de todo o mundo. A dimensão internacional das intervenções do Estado como ente fiscalizador, possuidor e interventor na economia é confirmado pelo caráter mundial da crise, dado que os países mais dinâmicos da Ásia também têm seu crescimento abalado, inclusive a China, o maior detentor de reservas em moeda norte-americana (possuindo US\$ 696,2 bilhões em papéis do Tesouro dos EUA).

Posto assim, o grande risco é que esta situação leve os governos e os legislativos, como expressão das coligações políticas que lhe dão sustentação, buscarem medidas protecionistas, minando mais ainda o relacionamento entre países líderes, através das retaliações e sufocando mais ainda as economias periféricas. Na lógica do modo de produção capitalista o protecionismo, que pode ser uma defesa é, contraditoriamente, ruim para todos dado o grau de internacionalização da possível internacionalização das perdas. Nesta perspectiva, o desafio nesta conjuntura é domar a crise como próprio não do modo de produção capitalista, mas sim do “liberalismo sem limites”, da “globalização sem ética”, do “capitalismo de cassino”, da “especulação impiedosa”, apresentadas a roldo, na grande imprensa, como as mazelas agora reveladas, sendo estas as causadoras do desemprego.

A preocupação com o desemprego que coloca a centralidade do trabalho pelo lado disfuncional advém praticamente de todos os setores da economia. Se a redução da atividade econômica tem relação direta com a contração do consumo e com a queda dos investimentos, contraditoriamente, o que se requer agora como centralidade – o trabalho – é o mais atingido.

Ao se examinar mais atentamente este “retorno” ao **trabalho**, à uma centralidade que nunca deixou de existir, a não ser no plano discursivo e ideológico, percebe-se, por outro lado, que o que está em voga nesta época de transição é um reenquadramento, sem novidades, desta centralidade.

Num primeiro plano de observação localiza-se que das principais iniciativas patronais, compradoras ou transnacionais, a redução de salários é a grande “saída”. Trata-se de manter a força de trabalho necessária, mas reduzir mais ainda seu ganho. São medidas próximas das iniciativas do New Deal de

Theodore Roosevelt (que tomou posse em março de 1933 como Presidente dos EUA), que só teve efeito real com a passagem para uma economia de guerra. Trata-se de reconhecer a imprescindibilidade do trabalho, mas colocado subsumido mais profundamente ao capital, que lidando com o trabalho como força de trabalho, faz desta a mais miserável das mercadorias, porque permanentemente ameaçada de prescindível, na própria condição de valorização do capital.

No caso brasileiro, isso se exemplifica com a defesa da legalidade da redução de salários feita agora se recorrendo à Lei n. 4.923/67, originada na ditadura militar no governo Castelo Branco. Apesar da Constituição promulgada em 1988 prescrever a irredutibilidade de salários, mas o faz com uma ressalva, a aceitação pela convenção coletiva. A lei do ditador Castelo Branco tem aí um encaminhamento defendido por expoentes da área ¹, pois faculta que em face de conjuntura econômica devidamente comprovada, poderá reduzir jornada de trabalho e salários mediante prévio acordo com a entidade sindical representativa de seus empregados, homologada pela Delegacia Regional do Trabalho. Formalismos jurídicos à parte, que delegam ao empregador a iniciativa e o quantum de redução de salários, não necessariamente concernentes com a jornada de trabalho, trata-se de não prescindir do trabalho, mas subtrair salários, em “acordo” com os sindicatos.

Nesta perspectiva de convenção coletiva os presidentes dos sindicatos e das centrais sindicais dos trabalhadores no Brasil ganharam voz já no início de 2009. Aparentemente ocupam um espaço perdido, quando conclamados à este reenquadramento sindical, ao invés de negociarem ganhos ou recuperações das perdas salariais, agora negociam reduções salariais em nome de evitar maiores índices de desemprego.

Nesta nova fase do sindicalismo, o novo sindicalismo (de resistência à ditadura nos anos 70 e 80) e o velho sindicalismo uniram-se em abrirem caminho às empresas. Em reunião com o Presidente da República, ex-sindicalista do novo sindicalismo, realizada em janeiro de 2009, a bandeira principal das centrais sindicais foi baixar os juros para as empresas poderem tomar empréstimos a um custo menor e manterem os empregos, afinal está em jogo também o imposto sindical, um dia de trabalho descontado da folha de pagamento dos trabalhadores, calculado em R\$ 112 milhões em 2008 para dividir entre governo e centrais.

Com exceção da CONLUTAS, que se reuniu com o Presidente Lula em separado, o pleito junto ao governo é de pressão para baixar os juros para as empresas, incrementar investimentos através de

¹1. Almir Pazzianoto Pinto, ex-ministro do trabalho, ex-presidente do Tribunal Superior do trabalho e ex-advogado trabalhista dos metalúrgicos de São Bernardo na época da ditadura 1964-1984.

créditos às mesmas, apesar de não ter garantias de que as empresas receptoras de dinheiro do governo não demitam. Aí entra, na prática, o segundo elemento deste reenquadramento do novo e velho sindicalismo, para garantir menores índices de desemprego e uma queda menor na arrecadação sindical, negociam redução salarial, a começar pela não reposição das perdas inflacionárias, embora isso também não tenha sido exatamente exitoso dado a continuidade da queda da atividade econômica, inclusive porque o próprio Presidente Lula descartou suspender os financiamentos às empresas como política de manter os empregos (jornal Estado de São Paulo, 21/02/2009. P.B3), visto que, na sua argumentação, o principal é manter a empresa.

Evidente que tais encaminhamentos tornam os sindicatos funcionais ao capital, pois ao invés de representarem os trabalhadores como negação do capital, nesta nova centralidade do trabalho, de reenquadramento sindical, o sistema de gestão sindical administra os trabalhadores dos setores privados e públicos subordinando-os aos ganhos do capital. ***É a centralidade do trabalho sem a centralidade política do trabalho, pois impera a centralidade política do capital.*** Como se fosse possível fatiar a ontologia do trabalho.

Apesar do Estado e apesar dos sindicatos refuncionalizados, tal ordem metabólica desagrega os laços societários humanos e, constataadamente, põe a sociedade à deriva.

Não é o caso aqui de se referir aqui às já conhecidas situações de violência urbana e de marginalidade social nas cidades onde, sem o trabalho, a sociedade deixa de ser recíproca, mas de destacar outro fenômeno agora mais recorrente. Trata-se da situação dos trabalhadores imigrantes que vagam no mundo inteiro, especialmente nos países que tinham recorrido à força de trabalho imigrante. Na Itália o governo do premiê Silvio Berlusconi aprovou medidas mais duras contra a imigração ilegal depois de restringi-la, incluindo a criação de “rondas de cidadãos” para garantir a segurança nas ruas, conforme proposto pela militância de tendência xenófoba da Liga do Norte, partido da coalizão de Berlusconi. O decreto complementa outras medidas, como o projeto de lei que permite aos médicos denunciar estrangeiros em situação irregular, e outro que prevê pena de até 4 anos para os ilegais que não obedecerem à ordem de expulsão (jornal O Estado de São Paulo, 21/02/2009, p.A10).

Na Espanha, segundo notícias vinculadas aos consulados do Brasil, casos de ameaças e intimidação são denunciados com frequência por brasileiros em situação legal, assim como agressões inúmeras são recorrentemente noticiadas na Alemanha e em Londres. Em Madri, denúncia feita pelo Sindicato Unificado da Polícia, as delegacias teriam recebido um memorando que define cotas para caçar

ilegais, ou seja, a quantidade e nacionalidades de imigrantes a serem presos por semana.

Ainda no caso brasileiro, os maiores “repatriados da crise” são os trabalhadores (30 mil de decasséguis) dispensados de seus empregos na indústria japonesa até dezembro de 2008. Sem contratos trabalhistas que lhes assegurem direitos, muitos estão nas ruas e passando fome, sem recursos nem para voltarem ao Brasil. Segundo estimativas do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, são 320 mil trabalhadores brasileiros no Japão, mais do que isso na Europa e 1,5 milhão nos EUA, onde as dificuldades estão aumentando, e mesmo pessoas que já trabalhavam lá há muitos anos não conseguem o *GREEN CARD*, terminam por voltar, muito longe das condições idealizadas quando da imigração.

Entretanto foi do Brasil que partiu a medida mais criativa de lidar com a crise: tornar os desempregados empresários – embora empresários sem capital. Trata-se do projeto de lei originado do Executivo, formulado pelo Ministério da Previdência, de mudar a denominação de 11 milhões de trabalhadores informais à condição de “empreendedores individuais”. Nesta condição poderão contribuir com a arrecadação da previdência que sofre com o aumento do desemprego e da informalidade, além de alimentar um sonho, trabalhadores que continuarão trabalhadores mas tratados como empreendedores, nada de sindicatos, nada de rebeldia do trabalho, são os novos competidores do mercado. (Jornal Diário Catarinense, 31/05/2009, p.25).

LIMITES HISTÓRICOS

Cabe destacar aqui o que é dinâmico na lógica de valorização do capital, o trabalho, na subsunção real no capital, como força de trabalho, efetiva-se não apenas como fator de valorização da produção – ainda subsistente de forma complementar e diferenciada – mas como fator de valorização do capital. Com esta subordinação real do trabalho no capital, como lembra Marx no Capítulo VI Inédito de *O Capital*, efetua-se uma revolução total e contínua no modo de produção, na produtividade do trabalho e nas relações daí engendradas. Isso significa levar a *mais valia* ao infinito, prescindindo cada vez mais do trabalho vivo. Este modo, especificamente capitalista, é sua revolução que se move e seu limite histórico. Esta formulação já é conhecida, trata-se agora de entender se esta conjuntura apresenta indicadores de que sua base já está criada em toda a plenitude – específica (modo de produção capitalista), total e mundial – diferente parcialmente da situação de 1929 quando os países semi-coloniais representaram uma margem de expansão de uma transformação total em andamento .

Atualmente, como lembram François Chesnais e István Mészáros, a crise econômica combina-se com a crise climática mundial, envolvendo assim toda a humanidade, onde os recursos bélicos não são capazes de restabelecer um novo ordenamento, pois trata-se, também, do esgotamento dos recursos naturais ameaçados. São limites de forças maiores que foram mobilizadas pela produção capitalista ao superar os limites anteriores, assim como as relações políticas e trabalhistas, as libertações nacionais, o fortalecimento dos centros imperialistas e agora o recurso ao capital fictício à sustentar uma demanda insuficiente, formulado em crédito volátil que logo adiante terá um limite maior ainda para ser renovado.

Trata-se assim de algo mais complexo que uma crise financeira, embora esta fase esteja presente. Se a crise é mais ampla e seus fatores envolvem a humanidade como um todo, é razoável supor que o caminho não se resolve na discussão de índices de crescimento, que podem até apresentar recuperações parciais, mas não aliviará e sim poderá expor parcelas maiores da população à completa fragilidade social. Aqui, já não estamos falando de um sistema histórico, mas como diz Chesnais, de catástrofes. O contrário é o senso comum que postula que ao cabo as coisas seguem o seu rumo.

Em novembro de 2007, portanto antes da deflagração da atual crise, István Mészáros, em conferência na Universidade Federal de Santa Catarina, alertava para a aniquilação que nos ameaça. Naquele ano tal proposição parecia uma formulação catastrófica, fora de lugar, embora bem fundamentados os argumentos do livro **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**, lançado nesta ocasião. Em 2008, revendo sua conferência, diante dos desastres ambientais, dos custos das guerras que abalaram as poderosas potências e do desastre econômico, o que finalmente parece não crível era a ilusão de fazer-se eternamente civilizatório um sistema histórico crescer mais do que o seu déficit.

Em suma, é presente a insuficiência do modelo de produção e de controle social e de que, como inspira Mészáros, a abertura radical da história é reconhecer outra forma social de reciprocidade já em andamento. Mas esta possibilidade em andamento exige retomar o trabalho na ontologia do ser, encurralado que foi pelos fascismos e pela barbárie como subproduto do fetichismo.

O sociólogo brasileiro, Florestan Fernandes, em sua vasta obra também inspira a abertura radical da história na crítica à modernização conservadora, que no capitalismo dependente tem na periferia algo não periférico, mas algo constitutivo do que é central no sistema capitalista, trata-se da revolução burguesa como contra-revolução permanente. Daí sua formulação de que não adianta voltar à formas sociais pretéritas historicamente. O lugar da centralidade do trabalho está na insurgência dos

de baixo em serem inconciliáveis com a

Tendencialmente algo mais desafiador pode estar ocorrendo, que não um retorno ao bem-estar e seus controles funcionais à acumulação de capital: o lugar do trabalho pode novamente ser colocado na centralidade, mas subsumido, mais explorado, mais desvalorizado, e ao mesmo tempo mais central como necessidade e não como proposição. Mas, contraditoriamente, outra centralidade subjacente não continuará mais advogada, **a centralidade política do trabalho**. Esta sim é agora obstada como recurso teórico e como um recurso econômico e político necessário à valorização na cultura do dinheiro.

Nesta fase o antagonismo não está nos termos – não é sem determinação – mas está na negatividade sem síntese, a possibilidade do trabalho como servidão forçada e cúmplice, sem emancipação, como empreendedor individual, com ou sem emprego formal, enquanto milhões de pessoas são oferecidas ao sacrifício em nome da recuperação do conceito de sociedade. Mais do que reforçar os laços neocoloniais em redefinição, procura-se reforçar os laços do conformismo de classe – para isso os sindicatos do capital voltam a ser importantes e disputados.

O que se apresenta, na negação da negação, não é pautar o sistema do capital, é localizar os elementos de sua superação. As experiências ou movimentos anti-sistêmicos que se organizam nesta perspectiva podem não ter sua importância no espetáculo da maior aceitação, mas na sua futuridade. Enquanto não esboçado assim, o trabalho continuará com sua centralidade que estava aparentemente “interrompida”, e que agora é recolocada, mas com outra importância política máxima, ser funcional e solidário ao capital. Mas esta é politicamente uma centralidade do capital, não é como referida antes, a centralidade política do trabalho.

Tendo esta tese fundamento a ser desenvolvido, a inversão metodológica que se observa é ir além do confinamento da especialização da sociologia do trabalho, ou da sociologia industrial ou qualquer outra, trata-se do trabalho como negação na militarização das periferias, nos conflitos urbanos, nas migrações, novas gerações sem emprego, multidões de deserdados como “empreendedores”, no sindicalismo não estatal, na autogestão, nos movimentos autônomos onde a ontologia do ser social tem chance. Trata-se de expandir a sociologia da ontologia do trabalho, da consciência, instigar sua problematização a outros campos e estender suas fronteiras, ao invés de deixar-se controlar, muitas vezes sem interações dialógicas, por focos analíticos ideológicos que objetivam assegurar o inverossímil, a sociedade do não trabalho sob o capital.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo; Boitempo Editorial, 1999.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **O insaciável Moloch**. Carta Capital, 22 de outubro de 2008.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo; Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo; Boitempo Editorial, 2005.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro; Zahar editores, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaios de interpretação sociológica. São Paulo; editora Globo, 2006. `
- JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro**. Ensaios sobre a globalização. Petrópolis; Editora Vozes, 2001.
- KRUGMAN, Paul. **A coisa está ficando feia**. Jornal O Estado de São Paulo, 26 de agosto de 2006.
- MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O capital**. São Paulo; Editora Moraes, 1969
- MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo; Boitempo Editorial, 2007
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo; Boitempo Editorial e Editora da INICAMP, 2002.
- PINTO, Almir Pazzianotto. **Redução de salário**. O Estado de São Paulo, 21 de fevereiro de 2009.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o liberalismo**. Em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis, Editora Vozes, 2002
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico. Civilização capitalista**. Rio de Janeiro; Contraponto, 2001.

- WALLERSTEIN,Immanuel. **O sistema mundial moderno**. Vol.I e Vol.II.Porto; Edições Afrontamento,1974